

Balanco é o desafio de 1983, prevê Simonsen

02 DEZ 1982

Leon Braxit

O ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, disse ontem no Rio que ajustar o balanço de pagamentos com o mínimo de "arranhões" no nível da atividade econômica é o grande desafio para o Brasil em 1983. Com a insolvência do México e da Argentina, o mercado financeiro internacional retraiu-se, tendência que deve permanecer a médio prazo, e, como o Brasil não emite dólares, a importação de bens e serviços deve limitar-se ao que for compatível com a disponibilidade de divisas.

Destacou Simonsen que, pelas estimativas do Conselho Monetário Nacional, o Brasil será obrigado a reduzir as importações para US\$ 17 bilhões, em 1983, caso as exportações voltem ao nível de 1981. Segundo o ex-ministro, há quatro caminhos para a redução das importações: a substituição, o encarecimento, o controle quantitativo e a recessão. Obviamente, a melhor solução seria substituição de importações, mas essa solução demanda tempo e investimentos, acrescenta.

Simonsen enfatizou que o aumento nacional da produção de petróleo previsto para 1983, e que talvez nos permita economizar perto de US\$ 1,5 bilhão de dólares, resolve parte do problema do ajuste do balanço pela substituição de importações. Mas resta outra parte que requer algum tipo menos ameno de solução.

RECESSÃO

Para Mário Henrique Simonsen, a recessão é o pior caminho para o ajuste das contas externas, e a redução das importações pela diminuição da renda pressupõe uma recessão permanente e não apenas um sacrifício temporário do produto e do emprego. Assim, o acerto do balanço de pagamentos deve basear-se fundamentalmente em investimentos e mudanças de preços relativos.

Em sua opinião, quando as reservas cambiais são escassas, como é o caso do Brasil, pode não haver tempo para aguardar os efeitos dessas medidas e a queda do nível de atividade econômica pode ser inevitável, a curto prazo. O importante, porém,

é que essa queda seja a mais efêmera possível e que o País não mergulhe numa longa recessão.

CONTROLE

O ex-ministro declarou que os controles quantitativos, embora gerem muita burocracia e distorções, podem ser usados temporariamente para frear a importação de bens de consumo. No caso dos bens de capital e dos produtos intermediários, os controles quantitativos podem provocar um "desastre de pontos de estrangulamento", que é a pior das formas de recessão. Um produto pode de ter 99% de índice de nacionalização, mas nada vale sem o 1% de complemento importado. E os controles quantitativos freqüentemente impedem essa importação de 1%, destruindo o valor dos 99%, produzidos no País.

O CAMINHO

Em editorial que está preparando para a carta da Corretora Convenção, o ex-ministro afirmou que resta apenas um caminho que é o encarecimento. Este pode ser conseguido por tarifas (ou elementos semelhantes, como depósitos prévios ou incidências do IOF) ou pela desvalorização cambial. Como o que se deseja não é apenas reduzir importações, mas estimular exportações, é evidente que o ajuste da taxa de câmbio é o melhor dos caminhos.

AUMENTO

Entretanto, advertiu que o problema central da atual política cambial brasileira não é discutir se esse ajuste deve ser feito por uma maxidesvalorização, por uma aceleração das minis, ou pela "variante salomônica" de abril de 1978, dos minirealignamentos cambiais. A questão essencial para Simonsen é que o preço da moeda estrangeira deve subir em relação aos custos internos de fatores, tais como: salários, lucros e aluguéis, entre outros. Para ele seria inútil aumentar o preço do dólar se todos os demais preços internos caminharem "a reboque" na mesma proporção. Esse tipo de atrelamento não acerta as contas externas, só acelerando a inflação interna. Por isso, Simonsen pediu uma reforma mais profunda na correção monetária.